

A Construção subliminar do “atraso” no noticiário de *El Universal* sobre a reforma constitucional venezuelana de 2007

Gláucia da Silva Mendes

RESUMO

O presente trabalho analisa a representação construída pelo jornal venezuelano *El Universal* sobre o projeto de reforma constitucional proposto por Hugo Chávez em 2007. Parte-se da hipótese de que o noticiário reproduz o discurso do “atraso” associado pela ideologia liberal a modelos anti-liberais que vicejaram na América Latina em outros momentos históricos. Para verificá-la, empreende-se uma análise calcada nos fundamentos da escola francesa de análise do discurso. O estudo evidencia que as marcas discursivas majoritárias na cobertura associam à reforma os principais argumentos da ideologia liberal na crítica a modelos anti-liberais. Conclui-se que, ao reverberar esses sentidos, *El Universal* reproduz, de forma subliminar, o discurso do “atraso”.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo. Construção da realidade. Ideologia liberal. Governo Hugo Chávez.

1 Introdução

A imitação dos modos políticos das nações “avançadas” sempre constituiu o horizonte pragmático das elites latino-americanas. Vasta literatura aponta que, desde a independência, os modelos institucionais europeus/norte-americanos foram considerados paradigmáticos pelas classes dirigentes regionais, mesmo que houvesse, na prática, numerosas incompatibilidades entre os valores adotados e a realidade local.

Sempre existiram, no continente, segmentos que se opuseram ou denunciaram tais mimetismos. Nos últimos anos, contudo, cresceu significativamente o número de governos democraticamente eleitos (à exceção de Cuba) que se caracterizam por explicitar uma recusa a esse paradigma.

Segundo Bastenier (2009), nesse novo panorama identifica-se um modelo de caráter rígido, liderado pelo governo de Hugo Chávez, na Venezuela – e seguido ainda por Evo Morales, na Bolívia; Raúl Castro, em Cuba; e, de forma menos ortodoxa, por Rafael Correa, no Equador, e Fernando Lugo, no Paraguai. O grupo se caracterizaria pela tentativa de tirar o poder das mãos das elites e entregá-lo ao povo, promovendo uma verdadeira “mestiçagem / indigenização” da sociedade.

Igualmente relevante à discussão sobre a suposta natureza de tais administrações é a compreensão do modo como elas são representadas. Isto porque os sujeitos e as ações políticas em geral não fazem parte da experiência direta dos cidadãos comuns; eles só adquirem “realidade” por intermédio dos discursos midiáticos (GOMES, 2004, p. 327).

Tendo isso em vista, o presente trabalho propõe-se a analisar a representação construída pela mídia acerca dos governos latino-americanos de cunho anti-liberal. Para este propósito, adota-se como foco de observação a cobertura realizada pelo jornal venezuelano *El Universal* a respeito da administração Hugo Chávez. Como recorte empírico, define-se o noticiário sobre a reforma constitucional venezuelano de 2007, veiculado entre os dias 3 de novembro e 2 de dezembro de 2007.

Acredita-se que a cobertura empreendida por *El Universal* reproduza, de forma subjacente, a visão de mundo liberal. Por conseguinte, procura-se neste artigo verificar se o noticiário veiculado pelo jornal a respeito da reforma constitucional venezuelana de 2007 reverbera o discurso liberal sobre práticas políticas anti-liberais que vicejaram em outros momentos na América Latina, no qual estas são caracterizadas como opções que conduzem a uma situação de “atraso”.

Ao partir dessa hipótese, adota-se aqui uma perspectiva que se distancia da concepção do jornalismo como um espelho da

realidade, compartilhando pressupostos caros às teorias construcionistas do jornalismo, conforme explicitado a seguir.

2 Jornalismo e construção da realidade política

Nelson Traquina (2005a) afirma que a formação de uma comunidade jornalística guiada por valores e interesses próprios culminou com a construção de uma identidade profissional composta por elementos culturais que fornecem um modo específico de ser/estar, agir, falar e, principalmente, de ver o mundo. Isto implica dizer que os jornalistas se afirmam como membros de uma “comunidade interpretativa” que adota “óculos particulares” (BOURDIEU, 1997 *apud* TRAQUINA, 2005a, p. 77) para compreender o mundo.

Intrínseca a essa visão, encontra-se uma concepção construcionista do jornalismo, que, por diferentes motivos, opõe-se à visão da atividade como um espelho do mundo real:

O filão de investigação que concebe as notícias como construção rejeita as notícias como espelho por diversas razões. Em primeiro lugar, argumenta que é impossível estabelecer uma distinção radical entre a realidade e os *mass media* noticiosos que devem “refletir” essa realidade porque as notícias ajudam a construir a própria realidade. Em segundo lugar, defende a posição de que a própria linguagem não pode funcionar como transmissora direta do significado inerente aos acontecimentos, porque a linguagem neutral é impossível. Em terceiro lugar, é da opinião que os *media* noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores, incluindo os aspectos organizativos do trabalho jornalístico, as limitações orçamentais, a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos. (TRAQUINA, 2005b, p. 168-169)

Ao assumir o caráter de dispositivo simbólico de construção da realidade, a mídia faz com que os acontecimentos e as questões por ela reportados sejam incluídos no repertório de conhecimentos sobre o mundo atual. Conforme relata Hohlfeldt (2001), os pesquisadores filiados à hipótese de *agenda-setting* apontam como uma das implicações desse fato a transformação das questões e dos problemas suscitados pelos meios de comunicação em focos de atenção e discussão social: “[...] a *agenda da mídia de fato passa a se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social.*” (HOHLFELDT, 2001, p. 191, grifo do autor).

Contribui para este resultado a capacidade dos meios de comunicação de atribuir relevância a um determinado tema em detrimento de outros, a partir da seleção dos acontecimentos passíveis de serem transformados em notícia e de sua hierarquização em termos de importância para a vida social. Esse pressuposto mostra-se válido também para a política:

Assim como acontece em geral, no caso da política é também verdade que a percepção da existência, da realidade dos sujeitos políticos – individuais ou coletivos – e das posições políticas, para

a quase totalidade dos indivíduos, depende da sua presença nos circuitos informativos produzidos pelo jornalismo contemporâneo e pela indústria midiática do entretenimento (GOMES, 2004, p. 327).

Mas não é só a **existência** dos atores e dos acontecimentos políticos que está condicionada à cobertura realizada pelos meios de comunicação. Como lembra o autor, o **porquê** e o **modo** dessa existência também são previamente definidos pela mídia: “[...] bem entendida, esta ‘realidade’ não consiste apenas na existência dos sujeitos e posições políticas [...], mas também no modo da existência, no porque da existência e no tipo de rede de causas e conseqüências que esta existência desencadeia.” (GOMES, 2004, p. 327).

Traquina (2005b) evidencia que, para a teoria estruturalista do jornalismo, o **porquê** e o **modo** de existência dos fenômenos é resultado de um processo social no qual estão envolvidos fatores como a “identificação e contextualização” dos acontecimentos. É nesses momentos que ocorrem a designação dos fatos, o relacionamento destes com outros acontecimentos e a sua inserção em um quadro de significação familiar ao público; em outras palavras, a transformação dos acontecimentos em assuntos significativos.

De acordo com Hall e outros autores (1993), esse processo de atribuição de sentido aos acontecimentos é mediado por “mapas de significado”, conjuntos de referência culturais que, por incorporar e refletir valores comuns, formam a base de uma sociedade.

Este trazer de acontecimentos ao campo dos significados quer dizer, na essência, reportar acontecimentos invulgares e inesperados para os “mapas de significado” que já constituem a base do nosso conhecimento cultural, no qual o mundo já está “traçado”. A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores. Este processo de “tornar um acontecimento inteligível” é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona. (HALL *et al.*, 1993, p. 226)

Ao se respaldarem nesses “mapas de significado”, portanto, os meios de comunicação reforçam e ajudam a consolidar consensos sociais. Do ponto de vista cultural mais amplo, tal fenômeno é vislumbrado por Hall e outros (1993) como algo essencial, dado que a comunicação e as relações sociais só são possíveis quando há o compartilhamento de um mesmo repertório simbólico. No entanto, os autores salientam que esse fato cultural básico tem sido elevado a um nível ideológico extremo. Por intermédio dele, os meios de comunicação têm ajudado a difundir uma única perspectiva dos acontecimentos: a que é fornecida pela cultura ou “sistema central de valores”.

Porque ocupamos a mesma sociedade e pertencemos mais ou menos à mesma “cultura” supõe-se que haja, basicamente, uma

única perspectiva dos acontecimentos: a que é fornecida por o que é algumas vezes chamada a cultura, ou (por alguns sociólogos) o “sistema central de valores”. Esta perspectiva nega quaisquer discrepâncias estruturais importantes entre os diferentes grupos, ou entre os mapas de significado muito diferentes numa sociedade (HALL *et al.*, 1993, p. 226).

Com o intuito de verificar se o “sistema central de valores” contemporâneo, de matriz liberal, encontra-se subjacente ao discurso jornalístico acerca dos atuais governos latino-americanos anti-liberais, empreende-se a seguir uma explanação que procura evidenciar a associação entre “anti-liberalismo” e “atraso” no pensamento liberal do continente, bem como sua aplicação na caracterização do sistema democrático-popular que ficou conhecido como “populismo”¹.

■
¹ O termo populismo é empregado aqui no sentido atribuído por Weffort (2003): como um sistema político de estrutura institucional autoritária e semicorporativa, com orientação política nacionalista, antiliberal e antioligárquica, com orientação econômica nacionalista e industrialista, que é sustentado por uma composição policlassista, cujo apoio majoritário advém das classes populares.

3 Anti-liberalismo e “atraso” na visão liberal

O período pós-Independência na América Latina foi marcado por uma nova forma de submissão às nações “desenvolvidas”. Após viver séculos sob o regime colonial, a região aderiu a um novo modelo hegemônico: o “Progresso”. Na busca pelo “Progresso”, as elites regionais transplantaram para o continente um modelo político que então vicejava na Europa: o liberalismo.

De acordo com Bobbio (1992), o modelo liberal prega o Estado de Direito, formação institucional concebida pelos movimentos burgueses dos séculos XVII e XVIII, com base em teorias filosóficas iluministas que apregoam a existência de liberdades humanas naturais anteriores a qualquer estrutura social – as teorias jusnaturalistas.

Em um espectro que classifica as forças políticas como de direita ou esquerda, moderada ou autoritária, de acordo com a postura diante do valor da igualdade e, em segundo lugar, do valor da liberdade², o liberalismo é definido pelo autor como uma vertente de centro-direita. Ele é uma doutrina na qual “[...] são exaltadas todas as liberdades, e com particular relevo a liberdade econômica, sem que nos preocupem, ou só nos preocupem marginalmente, as desigualdades dela derivadas e presentes em nosso mundo e, com visibilidade ainda maior, nos mundos mais distantes.” (BOBBIO, 2001, p. 128).

Em consonância com esses princípios, as correntes majoritárias do liberalismo defendem, no plano político-institucional, a existência de um aparelho estatal com poderes mínimos de intervenção na sociedade. Eles concebem o Estado como uma entidade laica, desvinculada de preceitos religiosos e de concepções filosófico-políticas, e detentora de restritos poderes sobre a esfera civil.

■
² Para Bobbio (2001), a distinção entre direita e esquerda baseia-se na postura diante da igualdade. Enquanto a esquerda considera as desigualdades como distorções sociais e propõe a minimização destas, a direita as encara como dons necessários à sociedade e almejam sua manutenção. Já a atitude diante da liberdade classifica movimentos de direita e de esquerda nas alas moderada ou extremista. Doutrinas moderadas são aquelas que prezam o valor da liberdade – classificadas como centro-direita e centro-esquerda – enquanto as extremistas são as que dele se afastam – a extrema-direita e a extrema-esquerda.

O Estado liberal é o Estado que permitiu a perda do monopólio do poder ideológico, através da concessão de direitos civis, entre os quais sobretudo do direito à liberdade religiosa e de opinião política, e a perda do monopólio do poder econômico, através da liberdade econômica; terminou por conservar unicamente o monopólio da força legítima, cujo exercício, porém está limitado pelo reconhecimento dos direitos do homem e pelos vários vínculos jurídicos que dão origem à figura histórica do Estado de direito (BOBBIO, 2004, p. 129-130).

Na América Latina pós-Independência, a adoção de tais princípios foi apenas parcial. Ela se restringiu à implantação da institucionalidade prevista pelo novo modelo (formação de repúblicas, elaboração de constituições, realização de eleições etc). A igual liberdade dos cidadãos e a democratização da participação política preconizadas por esses instrumentos foram, de início, negadas a grande parte da população. Apenas um pequeno grupo teve acesso a elas: as elites agrárias (CHASTEEN, 2001).

O liberalismo adquiriu, assim, feições particulares no continente. Enquanto na Europa o ideal da liberdade associava-se à democratização da sociedade, o desinteresse das elites regionais em desenvolver uma estrutura institucional capaz de atender as demandas das massas promoveu a dissociação entre os dois termos na América Latina. Como consequência, democracia passou a ser sinônimo de anti-liberalismo na região (LACLAU, 2006) e, na perspectiva liberal, o par antinômico do “Progresso”: o “atraso”. É o que atesta a visão liberal acerca dos regimes de perfil democrático-popular que sucederam o Estado liberal-oligárquico, conhecidos como populismo.

Resultado de transformações sociais e econômicas que culminaram com a crise do modelo liberal-oligárquico, o populismo caracterizava-se como um Estado de compromisso entre classes dirigentes destituídas de poder representativo, que só adquiriu legitimidade com a incorporação de um novo ator político: as massas populares formadas pelos processos de industrialização e urbanização (WEFFORT, 2003).

Para atender as diversas classes que passara a representar, o Estado teve que se erigir como instância suprema. O limitado liberalismo, vigente no período anterior, foi então suplantado por um sistema de caráter anti-liberal.

Nessa nova estrutura o chefe do Estado assume a posição de árbitro e aí está uma das raízes da sua força pessoal. Por outro lado, nessa condição de árbitro, sua pessoa tenderá a confundir-se com o próprio Estado como instituição, pois ambos tendem a distanciar-se da determinação dos interesses imediatos que, em última instância, representam (WEFFORT, 2003, p. 78).

O sistema político emergente promoveu a inserção das massas na sociedade a partir de uma relação paternalista. Estabeleceu-se na região uma democracia anti-liberal, na qual a conquista de direitos não advinha da luta social, mas de uma “doação” do

Estado. Tratava-se de um sistema no qual “[...] todas as organizações importantes que se apresentam como mediação entre o Estado e os indivíduos são, em verdade, anexos do próprio Estado que órgãos efetivamente autônomos.” (WEFFORT, 2003, p. 57).

Essa incorporação política das massas realizada de cima aparece na visão liberal latino-americana como um caminho “atrasado”. Adotando como parâmetros supostamente objetivos de desenvolvimento democrático os rumos assumidos pelas classes operárias da Europa e dos Estados Unidos, os representantes dessa vertente ideológica interpretavam a particularidade política latino-americana como uma “aberração” provocada pelos “desequilíbrios” e pelas “irracionalidades” provenientes da situação de “atraso” da região em relação às nações “modernas”.

A inserção das massas no sistema político via populismo era vista como resultado da “inexperiência democrática” ou da “inexperiência de classe”: a anormalidade do processo derivava da inexistência, entre as massas urbanas, das experiências sindical e partidária, de um histórico de lutas em defesa de interesses próprios:

[...] as classes populares portadoras de tradições agrárias e recém-incorporadas à vida urbana, sem experiência de classe e sem experiência política, estariam “disponíveis” para a manipulação, “desviando-se” das formas de comportamento político que “teoricamente” seriam adequadas à sua situação de classe (WEFFORT, 2003, p. 152).

Como é possível vislumbrar, a caracterização do populismo como uma opção “atrasada” centra-se na crítica ao desvio do modelo em relação aos valores centrais da visão de mundo liberal. A **ampliação do escopo do Estado**, que passa a agir como um árbitro, gerando como consequência o **cerceamento de liberdades civis e políticas dos cidadãos**, que se tornam dependentes do Estado para obter seus direitos, são os principais pontos desse discurso.

Acredita-se que argumentações semelhantes residam na cobertura de *El Universal* sobre a anti-liberal reforma constitucional proposta por Hugo Chávez em 2007. Para desvelar esses possíveis sentidos, a observação da cobertura jornalística requer a aplicação de um aparato conceitual-metodológico que enfatize os processos de determinação sócio-ideológica do texto. A análise do discurso, especialmente a vertente conhecida como escola francesa de análise do discurso, mostra-se adequada a este propósito.

4 Marcas discursivas liberais no noticiário de *El Universal*

Fruto da interseção entre a Lingüística, o Marxismo e a Psicanálise, a análise do discurso francesa (AD) concebe o discurso

como um processo que se desenvolve sobre a base material da língua – o sistema lingüístico – e se inscreve em relações ideológicas (PÊCHEUX, 1988). Assim como a língua, também as ideologias são vislumbradas pela AD como instâncias materialmente existentes: “[...] a ideologia representa uma relação imaginária dos indivíduos com sua existência, que se concretiza materialmente em aparelhos e práticas.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 267).

Contudo, a ideologia só se concretiza a partir de investimentos realizados pelos sujeitos. Inerente a este processo encontra-se a teoria não-subjetivista da subjetividade de Althusser, sintetizada pela frase “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX, 1988, p. 155). O que essa sentença expressa, em última instância, é a existência de um “não-sujeito” que só adquire o status de “sujeito” e, por conseguinte, só passa a significar, quando é interpelado pela ideologia e com ela se identifica.

Segundo a AD, a principal estrutura à qual o sujeito se submete na produção discursiva é a formação ideológica, entendida como um “[...] conjunto de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se reportam mais ou menos diretamente às posições de classe mais ou menos em conflito umas com as outras.” (HAROCHE *et al.*, 1975 *apud* ORLANDI, 2006, p. 18).

A formação ideológica materializa-se no discurso por intermédio da formação discursiva, sendo esta definida como “[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina [...] *o que pode e deve ser dito.*” (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

Mas não são apenas os ditos que produzem sentidos em um discurso. Os não-ditos, os dizeres silenciados, também participam de sua constituição. Estes podem ser de duas naturezas: o silêncio fundador, que consiste no recuo necessário para que o enunciado possa significar; e a política do silêncio que, por sua vez, divide-se em silêncio constitutivo, prática na qual uma palavra apaga outras, e o silêncio local, ou a proibição de se dizer algo em uma determinada conjuntura (ORLANDI, 2007, p. 83).

A capacidade de identificação das regularidades discursivas dessas estruturas no noticiário midiático pode ser potencializada pela sua articulação com a intertextualidade, entendida como “[...] o conjunto de relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros textos.” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 288-289). Tal procedimento possibilita a apreensão das formações discursivas que se encontram ocultas na voz de terceiros, seja porque o jornalista se utiliza da visão da realidade e das expressões da fonte ou

porque ele se vale de declarações de outros sujeitos sociais para materializar discursivamente as idéias do veículo (MACHADO; JACKS, 2001).

A análise das intertextualidades também ajuda a evidenciar o silenciamento local praticado pelo meio de comunicação quando este “[...] veta determinadas fontes, expurgando-as do noticiário ou dos espaços de opinião, ou quando a linha editorial determina os graus de evidência ou ostracismo a que serão submetidos movimentos, instituições, pessoas e idéias [...]” (MACHADO; JACKS, 2001, p. 5).

A aplicação desses referenciais conceituais e analíticos ao recorte empírico do presente trabalho evidencia que um dos sentidos majoritariamente associados à reforma constitucional chavista por *El Universal* é a violação de liberdades civis e políticas.

No que tange às liberdades informativas, esta situação é referenciada por entidades representativas dos meios de comunicação a partir do estabelecimento de silêncios constitutivos que remetem à idéia de ameaça à atividade da imprensa. A associação Repórteres Sem Fronteiras (RSF) acredita que a reforma possa representar “uma guinada *perigosa*’ para a liberdade de imprensa” (DEPLORAN..., 2007, tradução nossa).

A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), por sua vez, classifica o projeto como um “*perigo* para a liberdade de imprensa” (CASTILLO, 2007b, tradução nossa), no qual se identificam “duas áreas de *risco*” (CASTILLO, 2007b, tradução nossa), sendo uma delas as mudanças na propriedade privada, que constituem um “*perigo* para os meios independentes” (CASTILLO, 2007a, tradução nossa).

O compartilhamento da mesma formação discursiva pelo jornal é evidenciado por escolhas léxicas que remetem ao campo semântico acionado pelas entidades representativas do setor. Ao anunciar a avaliação da RSF, *El Universal* utiliza o verbo “temer”: “em um comunicado divulgado ontem, relatado pela Efe, RSF se perguntou sobre a ‘necessidade’ dessa ‘inoportuna’ reforma [...] e *teme* que esta suponha um ‘giro perigoso’ para a liberdade de imprensa” (DEPLORAN..., 2007, tradução nossa).

O mesmo acontece com a ponderação do presidente da Associação Internacional de Radiodifusão (AIR), Luis Sainz, antecedida pela palavra risco:

[...] sobre os *riscos* que observa para a liberdade de imprensa e de informação no projeto de reforma constitucional submetido a referendo, [Sainz] assinalou o caso dos estados de exceção, “que bloqueia o trabalho dos meios de forma explícita” e o tema da propriedade privada, “que pode prejudicar a independência dos meios privados” (AIR ..., 2007, tradução nossa).

Não são encontradas no noticiário intertextualidades que questionem as asseverações críticas ao governo vocalizadas pelo

jornal. A ausência de estruturas discursivas dessa natureza aponta para uma tendência ao silenciamento local de autoridades governamentais, simpatizantes chavistas e mesmo de fontes supostamente isentas que tenham uma posição favorável às mudanças propostas.

Além de se referir às liberdades informativas, o discurso de *El Universal* apresenta os efeitos da reforma constitucional para outras liberdades civis. Tais avaliações são realizadas em intertextualidades, a partir de silêncios constitutivos. Elas são encontradas, por exemplo, na voz de fontes tidas como imparciais, que empregam expressões associadas à idéia de limitação/supressão de direitos civis para evocar os impactos das mudanças na vida dos venezuelanos.

Ilustram essa situação a declaração da ONU, que qualifica as regras para os estados de exceção e as mudanças na relação entre a Assembléia Nacional e o Tribunal Supremo de Justiça como medidas que “*minam as liberdades civis dos venezuelanos*” (ONU..., 2007, tradução nossa), e a avaliação dos sindicatos dos trabalhadores, para os quais nos estados de exceção o governo poderia “*suprimir os direitos ao devido processo e à informação*” (ALONSO, 2007a, tradução nossa).

A qualificação das alterações constitucionais como medidas que atentam contra a liberdade não se restringe a fontes dessa natureza. Ela encontra eco na voz de representantes da oposição, como o secretário do partido Um Novo Tempo (UNT), José Carivas, que reforça o silêncio constitutivo no enunciado: “estas ocupações servem para que o povo compare que direitos temos na Constituição vigente e ‘quais nos *roubam* na chamada reforma’” (CARAVANA ..., 2007, tradução nossa).

Personalidades que apoiaram as posições governamentais por longo tempo e passaram à oposição também fazem ressoar essas avaliações. A ex-primeira dama, Marisabel Rodríguez, também invoca o sentido da supressão de liberdades. Segundo ela, com a reforma “o povo **perde** autonomia; o povo **perde** garantias; o povo **perde** liberdades; o povo **perde** participação protagônica” (OROZCO, 2007, tradução nossa). O mesmo ocorre com o ex-ministro da defesa e amigo de Chávez, Raúl Baduel, que classifica o projeto presidencial como uma proposta que “**despoja** os cidadãos de seus direitos”, “**limitando** os direitos fundamentais” (ESPINOZA, 2007, tradução nossa).

Em contraposição à pluralidade de atores que acionam a formação discursiva na qual as mudanças constitucionais são vistas como violações de liberdades fundamentais, o noticiário de *El Universal* circunscreve as fontes adeptas da perspectiva contrária ao círculo de apoiadores do governo – não dedicando, portanto,

espaço para autoridades supostamente isentas se manifestarem – e quase as submete a um silêncio local.

Uma das raras intertextualidades que evocam sentidos divergentes dos supracitados reproduz a declaração de Abel Urea. O simpatizante de Chávez emprega o termo “sem discriminação” para dimensionar as implicações da mudança do artigo 21 para os homossexuais: “graças ao artigo 21 o homossexual terá identidade sexual e direito a utilizar os espaços públicos **sem discriminação**” (PEÑALOZA, 2007, tradução nossa).

Essas marcas presentes na superfície textual de *El Universal* evidenciam que a formação discursiva hegemônica no noticiário materializa a formação ideológica liberal. Ao se colocar como vigilante de liberdades humanas consideradas fundamentais, o jornal compartilha a concepção liberal segundo a qual a liberdade é um bem supremo, inviolável.

A crítica à supressão de liberdades humanas é acompanhada por denúncias de uma situação complementar: a concentração de poderes no Estado. Também nesse caso, fontes tidas como imparciais evocam tais sentidos a partir de silêncios constitutivos. A associação civil *Human Rights Watch*, por exemplo, suscita a idéia de ampliação dos poderes do Executivo, avaliando que a reforma “**augmenta** os poderes do chefe de Estado” (ONU..., 2007, tradução nossa).

Em direção similar aponta a declaração do ex-presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Carlos Ayala Corao, que emprega o adjetivo “excessivo” e o verbo “concentrar” para indicar a possibilidade de aumento do poder presidencial com a aprovação da reforma (CASTILLO, 2007b, tradução nossa).

A qualificação de Corao é reforçada por um silêncio fundador: a omissão de mudanças constitucionais que poderiam conduzir ao empoderamento da sociedade. A fonte cita apenas medidas que consistiriam na ampliação do escopo das atribuições presidenciais, relegando ao esquecimento mudanças como a criação do Poder Popular, passível de ser interpretada como uma forma de transferir poder ao povo venezuelano.

Idêntica estrutura é encontrada na intertextualidade que reproduz a fala do opositor Hermann Escarrá. O personagem político evoca a idéia de concentração de poderes nas mãos do presidente mencionando quatro mudanças da reforma que representariam o aumento dos poderes estatais, as que “[...] outorgam ao chefe de Estado o poder de designar todos os oficiais da Força Armada, permitiriam-lhe administrar as reservas internacionais, assim como criar novas instâncias de governo e designar suas autoridades, entre outras” (ALONSO, 2007b, tradução nossa).

A concentração de poderes é evocada também pelos estudantes opositoristas, a partir de um silêncio constitutivo que indica a transferência dos poderes do povo para o presidente: “a única coisa que [a reforma] busca é tirar poder dos venezuelanos para dá-lo ao presidente Chávez.” (CASTILLO, 2007a, tradução nossa).

Similar sentido é propalado pelo ex-ministro da Defesa Raúl Baduel, dissidente do chavismo. Por intermédio da expressão “tomar todos os espaços”, a fonte instaura um silêncio constitutivo que evoca a idéia de arrebatamento dos poderes populares no enunciado “o perigo não é que o Executivo prescindia do setor privado com a desculpa de distribuir melhor as riquezas entre o soberano, mas que prescindia também do povo **tomando todos os espaços** que devem ser da sociedade para si.” (ESPINOZA, 2007, tradução nossa).

Baduel também se refere à concentração de poderes no Executivo evocando a idéia de ausência de limites, por intermédio do adjetivo “incontrolável”, presente em um pronunciamento no qual a reforma é vista pela fonte como uma iniciativa que “[...] dá ao Executivo poderes que o fazem **incontrolável** pelos demais poderes e pelos mesmos cidadãos a quem governa” (ESPINOZA, 2007, tradução nossa).

Certas fontes que supostamente têm afinidade com ideais do governo Chávez fazem avaliações que convergem para esses sentidos. O dirigente da esquerda mexicana Jesús Ortega, por exemplo, estabelece um silêncio constitutivo, suscitando o sentido de concentração extrema de poderes para caracterizar o “socialismo do século XXI”: “penso que o presidente Chávez não deveria pensar em levar adiante suas colocações de socialismo do século XXI, de socialismo bolivariano, sobre a base de **concentrar poder absoluto**” (PODER..., 2007, tradução nossa).

O analista Heinz Dieterich, tido como simpatizante do chavismo, também remete ao mesmo sentido. Para ele, determinadas cláusulas da reforma “aumentam o poder do Executivo” (DIETERICH ..., 2007, tradução nossa). Ao contrário das demais fontes, contudo, Dieterich também avalia que a reforma visa a aumentar o poder da sociedade. Ele pondera que “várias [cláusulas da reforma] atribuem **mais poder** a organismos da base social.”

A idéia de empoderamento do povo não se restringe à declaração de Dieterich, mas tampouco é caracterizada pela diversidade de vozes que qualificam a reforma constitucional como concentradora de poder. Ela é reiterada no discurso de *El Universal* apenas em intertextualidades que remetem a declarações de fontes oficialistas.

Hugo Chávez a referencia por intermédio da expressão “ter o poder”. O presidente sugere que a reforma investirá os cidadãos do poder necessário para gerir suas atividades, como atesta a

sentença “deve-se dizer que uma vez que se aprove a reforma [os pescadores] **vão ter o poder** [...] organizar-se em conselhos de pescadores do poder popular” (CORTE, 2007, tradução nossa).

Ao associar enfaticamente a proposta de reforma constitucional com as idéias de concentração de poderes nas mãos do presidente e ampliação do escopo do Estado, *El Universal* calca seu discurso hegemonicamente em uma formação discursiva que reproduz a formação ideológica liberal, que denuncia supostos riscos ao preceito liberal de Estado mínimo (BOBBIO, 2004).

Contribui para esta crítica outro argumento: a acusação de que a proposta de Chávez de transformar a Venezuela em um Estado socialista é uma medida que restringe as possibilidades democráticas – construção discursiva que reproduz a idéia de isenção do Estado em relação a concepções filosófico-políticas, que esteve na base da defesa liberal da laicidade do Estado.

Ilustra essa situação uma intertextualidade que reproduz a fala da ex-primeira dama, Marisabel Rodríguez. Na sentença, a fonte qualifica a proposta de implantar um Estado socialista como uma prática prejudicial ao modelo democrático, por intermédio de um silêncio constitutivo que evoca a idéia de limitação das possibilidades democráticas: “você não pode colocar que o Estado deve agora ser um Estado socialista porque aparte disso nos **cercearia** muitas oportunidades na gama democrática no momento de eleger no futuro” (OROZCO, 2007, tradução nossa).

Compartilha desta perspectiva o Partido Socialista Francês. Ele se refere à implantação de um Estado socialista na Venezuela estabelecendo um silêncio constitutivo que caracteriza o modelo político previsto na reforma como um regime destituído de pluralismo: “esta reforma pretende dar à Venezuela o caráter de Estado socialista”, opção que “**altera a neutralidade** da democracia” (PS FRANCÉS ..., 2007, tradução nossa).

5 Conclusão

A análise do noticiário sobre o projeto de reforma constitucional venezuelana, veiculado por *El Universal* entre 3 de novembro e 2 de dezembro de 2007, revela que as marcas discursivas majoritárias na cobertura caracterizam a reforma como uma medida política calcada sobretudo na violação de liberdades humanas tidas como fundamentais e na concentração de poderes no Estado.

Os enquadramentos do veículo e as intertextualidades referentes a declarações de representantes da oposição e de fontes consideradas isentas acionam uma formação discursiva que critica a reforma, calcando-se nos valores e nos argumentos centrais do liberalismo, que vê qualquer limitação das liberdades humanas e/ou ampliação dos poderes e do escopo do Estado como uma

medida prejudicial. Paralelamente, verifica-se uma tendência ao silenciamento local de representantes do governo e o ostracismo de autoridades tidas como imparciais na contestação desses discursos.

Subjacente às construções do jornal reside, portanto, o discurso no qual o liberalismo, detentor do poder de representação, estabelece-se como a “norma” política e classifica o anti-liberalismo como uma entidade “desviante”. Ao se assentar sobre tais sentidos, o noticiário veiculado por *El Universal* reproduz, de forma subliminar, o discurso do “atraso” político que se encontra no cerne de interpretações liberais sobre experiências políticas regionais de viés anti-liberal, como o sistema democrático-popular que ficou conhecido como populismo.

Por conseguinte, assim como as construções discursivas ideologicamente hegemônicas que procuram dar conta desse modelo político latino-americano, a cobertura do jornal reverbera, subjacente a seu discurso, a idéia de que a anti-liberal reforma constitucional de Chávez consiste em uma opção pelo “atraso”, frente aos supostamente objetivos padrões políticos liberais.

The Subliminal construction of the “backwardness” in the news from *El Universal* on the Venezuelan constitutional reform of 2007

ABSTRACT

This paper analyzes the representation built by Venezuelan newspaper *El Universal* about the constitutional reform proposed by Hugo Chavez in 2007. It starts with the assumption that the news reproduces the discourse of “backwardness” associated by liberal ideology with the anti-liberal models that thrived in Latin America in other historical moments. To check it out, it undertakes an analysis based on the fundamentals of the French school of discourse analysis. The study showed that the majority discursive marks in coverage associate to the reform the main arguments of liberal ideology in the criticism of anti-liberal models. It follows that, when these senses are reverberate, *El Universal* reproduces, in a subliminal way, the discourse of “backwardness”.

KEYWORDS: Journalism. Construction of reality. Liberal ideology. Hugo Chavez government

La Construcción subliminal de lo “retraso” en las noticias de *El Universal* sobre la reforma constitucional venezolana de 2007

RESUMEN

Este trabajo analiza la representación construida por el diario venezolano *El Universal* sobre el proyecto de reforma constitucional propuesto por Hugo Chávez en 2007. Comienza con la suposición de que la noticia reproduce el discurso de “retraso” vinculado por la ideología liberal con los modelos anti-liberales que florecieron en América Latina en otros momentos históricos.

Para comprobar que funciona, se lleva a cabo un análisis basado en los fundamentos de la escuela francesa de análisis del discurso. El estudio demostró que las marcas discursivas de la mayoría de la cobertura asocia a la reforma los principales argumentos de la ideología liberal en la crítica de los modelos anti-liberal. De ello se deduce que, cuando se hace eco de estos sentidos, *El Universal* reproduce, de manera subliminal, el discurso de “retraso”.

PALABRAS CLAVE: Periodismo. Construcción de la realidad. Ideología liberal. Gobierno de Hugo Chávez

Referências

ALONSO, Juan Francisco. Gremios llaman a rechazar la reforma por ilegal e innecesaria. **El Universal**, Caracas, 26 nov. 2007a. Caderno Nacional y Política.

_____. Escarrá convoca a la marcha sin retorno contra la reforma. **El Universal**, Caracas, 4 nov. 2007b. Caderno Nacional y Política.

AIR: patrón usado con RCTV se emplea para Globovisión. **El Universal**, Caracas, 1 dez. 2007. Caderno Nacional y Política.

BASTENIER, Miguel Ángel. O “outro” Ocidente. **El País**, Madrid, 28 jan. 2009. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/elpais/2009/01/28/ult581u3024.jhtm>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. **A Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. Liberalismo velho e novo. In: _____. **O Futuro da democracia**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CARAVANA por el no atravesó caracas e invitó a sufragar. **El Universal**, Caracas, 26 nov. 2007. Caderno Nacional y Política.

CASTILLO, Vivian. Cadena humana contra la reforma. **El Universal**, Caracas, 15 nov. 2007a. Caderno Nacional y Política.

_____. Reforma traiciona el principio constitucional de participación. **El Universal**, Caracas, 17 nov. 2007b. Caderno Nacional y Política.

CHASTEEN, John Charles. **América Latina: uma história de sangue e fogo**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

CORTE, María Lilibeth. Nos ha faltado capacidad para decir al país impacto de reforma. **El Universal**, Caracas, 17 nov. 2007. Caderno Nacional y Política.

DEPLORAN el aumento de violencia contra periodistas. **El Universal**, Caracas, 29 nov. 2007. Caderno Nacional y Política.

DIETERICH critica la propuesta presidencial. **El Universal**, Caracas, 26 nov. 2007. Caderno Nacional y Política.

ESPINOZA, María Daniela. Estudiantes “no comen miedo” y van al TSJ. **El Universal**, Caracas, 7 nov. 2007. Caderno Nacional y Política.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HALL, Stuart [*et al.*] A Produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Veja, 1993.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: ____ (Org.) **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 187-240.

LACLAU, Ernesto. Consideraciones sobre el populismo latinoamericano. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v. 23, n.62, maio 2006.

MACHADO, Márcia Benetti; JACKS, Nilda. **O Discurso jornalístico**. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/Pos/compos_gtjornalismo/doc/2001/machado_jacks2001.rtf>, Acesso em: 20 out. 2007.

ONU expresa preocupación por la propuesta de Chávez. **El Universal**, Caracas, 1 dez. 2007. Caderno Nacional y Política.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Discurso e leitura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OROZCO, Fidel Eduardo. Marisabel Rodríguez rechazó la reforma y apoyó a Raúl Baduel. **El Universal**, Caracas, 12 nov. 2007. Caderno Nacional y Política.

PÊCHEUX, Michael. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. São Paulo: Unicamp, 1988.

PEÑALOZA, Pedro Pablo. Chavistas defienden reforma que “da más poder al pueblo”. **El Universal**, Caracas, 22 nov. 2007. Caderno Nacional y Política.

PODER absoluto es un error de Chávez. **El Universal**, Caracas, 9 nov. 2007. Caderno Nacional y Política.

PS FRANCÉS advierte sobre grave división de los venezolanos. **El Universal**, Caracas, 10 nov. 2007. Caderno Nacional y Política.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística**. Florianópolis: Insular, 2005a. v. 2.

_____. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2005b. v. 1.

WEFFORT, Francisco Corrêa. **O Populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Gláucia da Silva Mendes

*Mestre em Comunicação e Sociedade pela
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
Doutoranda em Comunicação e Cultura pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
E-mail: gs_mendes@yahoo.com.br*